

## CALÇADAS

### Levantamento da legislação municipal de São Paulo

#### **Elaboração:**

Equipe de Documentação do Legislativo.  
Secretaria de Documentação.  
Câmara Municipal de São Paulo.  
**Atualizado até:** 26/07/2023.

#### **Nota explicativa**

Levantamento feito a partir da base de dados *Legislação*, da Secretaria de Documentação, e de informações pesquisadas em *sites* da Prefeitura Municipal. Cada norma jurídica apresentada possui *link* para o texto integral, bastando clicar no nome da norma indicada.

#### **LEIS**

[Lei nº 06.933/1966](#) – Proíbe o estacionamento de veículos sobre passeio e calçadas, no território do Município da Capital.

[Lei nº 10.072/1986](#) – Dispõe sobre a instalação de bancas de jornais e revistas em logradouros públicos, e dá outras providências.

[Lei nº 10.328/1987](#) – Dispõe sobre as infrações administrativas que especifica, estabelece as respectivas penalidades, e dá outras providências.

[Lei nº 10.415/1987](#) – Confere nova redação ao inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.328/87.

[Lei nº 10.667/1988](#) – Dispõe sobre permissão de uso de passeio público fronteiro a bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes, e assemelhados, para a colocação de toldos, mesas e cadeiras, e dá outras providências.

[Lei nº 11.210/1992](#) – Dispõe sobre colocação de lixeiras nos passeios.

[Lei nº 11.509/1994](#) – Determina o uso de pisos drenantes em passeios públicos, estacionamentos descobertos, ruas de pouco movimento de veículos e vias de circulação de pedestres em áreas de Lazer, praças e dá outras providências.

[Lei nº 12.002/1996](#) – Permissão de uso do passeio fronteiriço a bares, restaurantes, lanchonetes e assemelhados.

[Lei nº 12.117/1996](#) – Rebaixamento de calçadas.

[Lei nº 12.260/1996](#) – Disciplina a utilização de calçadas nas proximidades da faixa de pedestres.

[Lei nº 13.293/2002](#) – Criação das “**Calçadas Verdes**”.

[Lei nº 13.310/2002](#) – Estabelece responsabilidade sobre oferta de vagas, nos recuos de imóveis.

[Lei nº 13.478/2002](#) – Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a taxa de resíduos sólidos domiciliares – TRSD, a taxa de resíduos sólidos de serviços de saúde – TRSS e a taxa de fiscalização dos serviços de limpeza urbana – FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana – FMLU, e dá outras providências.

[Lei nº 13.614/2003](#) – Estabelece as diretrizes para a utilização das vias públicas municipais, inclusive subsolo e espaço aéreo, e das obras de arte de domínio municipal, para a implantação e instalação de equipamentos de infraestrutura urbana destinados a prestação de serviços públicos e privados; delega competência ao departamento de Controle de Uso de Vias Públicas da SIRUB para outorgar a permissão de uso; disciplina a execução das obras decorrentes, e dá outras providências.

[Lei nº 14.003/2005](#) – Consolida o **Programa Municipal de Intervenção** em Ruas Comerciais do Município de São Paulo.

[Lei nº 14.223/2006](#) – Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

[Lei nº 14.675/2008](#) – Institui o Plano Emergencial de Calçadas – PEC.

[Lei nº 14.933/2009](#) – Institui a Política de Mudança de Clima no Município de São Paulo. (art. 23).

[Lei nº 15.244/2010](#) – Altera o valor da multa aplicável à inflação ao art. 161 e acrescenta parágrafo único ao art. 185, ambos da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002; altera a redação do art. 31 da Lei nº 13.614, de 2 de julho de 2003.

[Lei nº 15.442/2011](#) – Dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificados e a construção e manutenção de passeios, bem como cria o Disque-Calçadas; revoga as Leis nº 10.508/88, e nº 12.993/00, o art. 167 e o correspondente item constante do Anexo VI da Lei nº 13.478/02.

[Lei nº 15.733/2013](#) – Introduce alterações na Lei nº 15.442/11, bem como torna sem efeito multas aplicadas, conforme especifica.

[Lei nº 15.947/2013](#) - Dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas - comida de rua - e dá outras providências.

[Lei nº 16.212/2015](#) - Dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, e dá outras providências.

[Lei nº 16.439/2016](#) - Dispõe sobre a restrição à circulação em vilas, ruas sem saída e ruas sem impacto no trânsito local.

[Lei nº 16.607/2016](#) - Institui o Programa Ruas Abertas e altera a Lei nº 12.879, de 13 de julho de 1999, revoga a Lei nº 12.273, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

[Lei nº 16.642/2017](#) - Aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; introduz alterações nas Leis nº 15.150, de 6 de maio de 2010, e nº 15.764, de 27 de maio de 2013.

[Lei nº 16.673/2017](#) - Institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo, e dá outras providências.

[Lei nº 16.869/2018](#) - Dispõe sobre a instalação de bituqueiras nas testadas de imóveis no âmbito do Município de São Paulo.

[Lei nº 16.885/2018](#) - Cria o Sistema Ciclovitário do Município de São Paulo - SICLO, revoga a Lei nº 14.266, de 06 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.

## DECRETOS

[Decreto nº 35.027/1995](#) – Dispõe sobre a execução, conservação e reparo de calçadas.

[Decreto nº 35.344/1995](#) – Altera inciso III do art. 7º do **Decreto 35.027/95**. (execução e conservação de calçadas)

[Decreto nº 37.031/1997](#) – Regulamenta a Lei 12.117/96 (rebaixamento de calçada)

[Decreto nº 37.151/1997](#) – Regulamenta a **Lei 12.260/96**. (utilização de calçadas nas proximidades das faixas de pedestres)

[Decreto nº 44.532/2004](#) - Cria Programa de Orientação e Recuperação dos passeios públicos na cidade de São Paulo.

[Decreto nº 52.903/2012](#) - Regulamenta a Lei nº 15.442/11, que dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificados e a construção e manutenção de passeios públicos, bem como cria o Disque-Calçadas.

[Decreto nº 55.045/2014](#) - Regulamenta a instalação e o uso de extensão temporária de passeio público, denominada "parklet".

[Decreto nº 55.085/2014](#) - Regulamenta a Lei nº 15.947, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas - comida de rua.

[Decreto nº 56.834/2016](#) - Institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo - PlanMob/SP 2015.

[Decreto nº 56.985/2016](#) - Regulamenta a Lei nº 16.439, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a restrição à circulação em vilas, ruas sem saída e ruas sem impacto no trânsito local.

[Decreto nº 57.776/2017](#) – Regulamenta a Lei nº 16.642/17, que aprovou o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo.

[Decreto nº 58.347/2018](#) - Regulamenta a Lei nº 16.869, de 15 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a instalação de bituqueiras nas testadas de imóveis situados no Município de São Paulo.

[Decreto nº 58.728/2019](#) - Atribui à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT a realização dos serviços que especifica relativamente às vias públicas que integram o Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo, nos termos da Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007.

[Decreto nº 58.832/2019](#) - Regulamenta a Lei nº 12.002, de 23 de janeiro de 1996, que dispõe sobre permissão de uso de passeio público fronteiro a bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para colocação de mesas, cadeiras e toldos.

[Decreto nº 58.845/2019](#) - Define as rotas emergenciais e respectivas vias abrangidas pelo Plano Emergencial de Calçadas - PEC, instituído pela Lei nº 14.675, de 23 de janeiro de 2018.

[Decreto nº 59.108/2019](#) - Regulamenta o novo regramento para o procedimento eletrônico de emissão de autorizações para execução de obras e serviços de infraestrutura urbana, consoante as disposições da Lei nº 13.614, de 2 de julho de 2003, bem como institui o Sistema de Gestão de Infraestrutura Urbana, e nominado GEOINFRA.

[Decreto nº 59.670/2020](#) - Regulamenta a Lei nº 16.673, de 13 de junho de 2017, que institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo.

[Decreto nº 59.671/2020](#) - Consolida os critérios para a padronização das calçadas, bem como regulamenta o disposto nos incisos VII e VIII do "caput" do artigo 240 do Plano Diretor Estratégico, o Capítulo III da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, e a Lei nº 13.293, de 14 de janeiro de 2002.

[Decreto nº 61.005/2022](#) - Dispõe sobre a dispensa do pagamento do preço público referente a 2022, pelo uso de passeio público fronteiro a bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para instalação de mesas e cadeiras.

### **LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR**

[Lei nº 16.402/2016](#) - Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico (PDE).

[Decreto 48.224/2007](#) - Cria a Zeladoria Urbano-Ambiental no âmbito de cada Subprefeitura.

[Decreto 52.062/2010](#) – Confere nova regulamentação ao artigo 50 da Lei nº 14.223/06, o qual dispõe sobre a celebração de termos de cooperação com a iniciativa privada, visando à execução e manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas, bem como à conservação de áreas municipais, em consonância com o disposto no artigo 24 da Lei 14.517/07; acresce o § 3º ao artigo 2º do Decreto 40.384/01, que dispõe sobre a doação de bens e serviços e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada; revoga o Decreto 50.077/08.

[Resolução CPA/SEHAB/G/13/2003](#) – Rampas pré-fabricadas para travessia de pedestres portadores de deficiência.

[Portaria 016/SMSP/GAB/2003](#) – Utilização de Passeio pela Polícia Militar

**OBSERVAÇÃO:** Na Secretaria Municipal de Subprefeituras é possível consultar sobre as especificações técnicas para a construção e manutenção de calçadas - <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/>.